

# Encontro Mundial de Mulheres Portuguesas na Diáspora



24 / 26 Novembro 2011  
Forum da Maia

61	NOVOS DOMÍNIOS DE AFIRMAÇÃO DA MULHER DA DIÁSPORA
62	CIDADANIA E CULTURA Agustina revisitada... num relance - Laura Bulger
65	Afirmação da mulher na diáspora - Leonor Xavier
67	Artesã - Sandra Duarte
67	Migrações no feminino - Isabel Ponce de Leão
71	Towards the revival, recognition, development and acceptance of the Malaysian-Eurasian people through the Kristang language, culture and their Euro-Asian ethnicity - Joan Marbeck
72	As mulheres portuguesas no mundo: a dança no diálogo intercultural - Maria da Graça Sousa Guedes
75	TRABALHO E EMPREENDEDORISMO NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO E DE REGRESSO Maria Ortelinda Gonçalves
81	O papel da mulher emigrante açoriana nos países de acolhimento - Graça Castanho
83	Contributos para uma reflexão: empreendedorismo na imigração - Luísa Desmet
85	Género e desigualdades no trabalho: situação em Portugal e na União Europeia - João Miguel Aguiar e Paula Costa Pereira
89	Mulher migrante - lugares de trabalho ontem e hoje - Maria do Céu Campo
90	Empreendedorismo feminino - Custódio Portássio
92	Observatório dos Luso-Descendentes - Emmanuelle Afonso
94	Porto-São Paulo - uma decisão de vida - Tânia Reis
96	Comunicação de Jacqueline Corado da Silva
97	O CONGRESSISMO E AS POLÍTICAS DE GÉNERO NA EMIGRAÇÃO - LIDERANÇA E PARTICIPAÇÃO
98	Dar voz às mulheres após séculos de silenciamento - Joana Miranda
99	O novo rosto da emigração feminina - Isabelle Oliveira
100	Revisitar o passado, perspectivar o futuro - Arcelina Santiago
101	Mulheres e liderança - Manuela Bairos
103	Liderança e participação - José Governo
104	Comunicação de Ana Ferreira
105	Congressismo - Nuno Araújo
106	O congressismo como espaço de luta pela igualdade de género - Maria Manuela Aguiar
111	O TEMPO E OS MODOS DE VIVER A CIDADANIA
112	Introdução - Maria da Graça Sousa Guedes
112	O papel das mulheres nas comunidades - Carlos Gonçalves
113	Comunicação de Carlos Páscoa
113	Comunicação de António Regedor
115	Conclusões - Maria Amélia Paiva
116	SESSÃO DE ENCERRAMENTO Paulo Ramalho Rita Gomes
118	EXPOSIÇÕES FEMININO PLURAL Nassaete Miranda Ana Maria Pintora

---

## *Dar voz às mulheres após séculos de silenciamento*

Joana Miranda (Universidade Aberta/CEMRI)

Lê-se no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa: Princípio da Igualdade: "Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.»

A realidade está, porém, frequentemente distanciada dos princípios da constituição e deste princípio, em particular. Apesar de muitas terem sido as conquistas das mulheres ao longo das últimas décadas e de ter sido longo o caminho percorrido desde o tempo em que as mulheres não tinham, sequer, o direito ao voto, estamos ainda longe de uma realidade em que homens e mulheres tenham direitos iguais. Todas as estatísticas confirmam as desigualdades que as mulheres portuguesas sentem na pele no dia-a-dia. Continuam a ser as mulheres as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, pelo cuidar dos filhos e dos idosos. O espaço doméstico continua a ser um espaço marcadamente feminino e o acesso ao espaço público e à visibilidade que dele decorre continua a ser mais difícil para as mulheres do que para os homens.

A violência doméstica tem por objeto sobretudo as mulheres e por atores sobretudo homens. A grande maioria das mulheres vítimas de violência doméstica tem vergonha e não apresenta queixa das situações de que é vítima. Tem havido evolução a este nível mas, apesar de tudo, são poucas as que têm coragem de o fazer. O tráfico humano vitimiza mais mulheres que homens.

Apesar de o número de mulheres licenciadas ser superior ao número de homens licenciados, são os homens que, em muito maior número, continuam a exercer as funções de topo nas empresas e nas universidades.

Por outro lado, as mulheres que atingem lugares de topo e destaque na vida pública são frequentemente alvo de preconceitos (não só de homens mas também de mulheres), sendo por vezes perspetivadas como menos bem sucedidas nos papéis tradicionalmente associados às mulheres ou menos femininas.

Em média, para um mesmo trabalho, as mulheres continuam a receber remunerações inferiores aos homens, face a qualificações idênticas as empresas contratam mais facilmente homens do que mulheres, facto para o qual não é decerto alheio serem as mulheres a engravidarem e a cuidarem dos seus filhos nos primeiros meses de vida.

As vulnerabilidades das mulheres agravam-se quando, por motivos económicos ou outros, saem dos seus países de origem e se confrontam com outras realidades.

Tais vulnerabilidades são frequentemente estudadas tendo por objeto as mulheres imigrantes em Portugal mas a realidade é que também afetam as mulheres portuguesas que saíram do país em busca de outras alternativas de vida. É verdade que muitas vezes as fragilidades se convertem em forças e que as migrações podem constituir fonte de empoderamento das mulheres. Mas o esforço individual para que tal se verifique é enorme e só é possível em determinados contextos culturais e familiares.

Em situações de migração, há que possuir a capacidade de gestão do stress que decorre das situações de mudança, redefinir identidades e pertenças, gerir a identidade e a alteridade, renegociar posições e equilíbrios familiares, preservar o equilíbrio psicológico muitas vezes difícil, gerir a frequente separação dos filhos, dos pais ou de outros familiares próximos, o afastamento dos amigos, gerir a décalage entre o que se sonhou e a realidade que se encontra, lidar com outros hábitos, culturas, aprender outras línguas, adquirir competências profissionais novas, responder a novas exigências laborais, manter uma ligação saudável com o passado e com as raízes, saber projetar o futuro, repensar o retorno ou a permanência.

Os percursos migratórios, se bem sucedidos, podem proporcionar novas conquistas: conquista de estatutos mais elevados, a possibilidade de enriquecimento e de troca cultural, o envio de remessas para a família que ficou no país de origem, gestão de redes familiares transnacionais, criação de novas redes e o estabelecimento de novos afetos. Podem estas mulheres, e aqui tivemos exemplos, virem a destacar-se na vida política no país para onde migraram e através do seu exemplo e envolvimento político, fundar associações, criar movimentos, aceder ao poder local, tornar públicas as dificuldades das mulheres migrantes, pensar políticas e medidas, atuar no terreno, contribuir para a construção de uma outra realidade social, proporcionando a outras mulheres migrantes as oportunidades por que um dia elas tiveram que lutar.

Os decisores políticos têm que estar conscientes de que a realidade das mulheres, e das mulheres migrantes em particular, é diferente da realidade dos homens e desenvolver um conjunto articulado de políticas e de medidas que promovam a igualdade. As mulheres têm que ter uma voz ativa na política aos mais diversos níveis de intervenção: comunitário, local, regional, nacional e internacional.

As comunicações do painel que moderei abordaram a evolução das políticas de igualdade de género e o papel da intervenção política com algum detalhe. Mas para além da esfera de intervenção política, subsiste a questão mais profunda da mentalidade da sociedade portuguesa, patriarcal, tradicionalista, fechada. Uma mentalidade que continua a perpetuar papéis de género, estereótipos de género e ideologias de género, que cria expectativas de carreira, de sucesso e de comportamento, diferentes para homens e para mulheres, que celebra e imortaliza os feitos dos homens e invisibiliza as conquistas das mulheres.

Apesar de todos os condicionantes sociais e das mentalidades discriminatórias, é inegável que muitas mulheres se destacam no espaço público em setores tão diversos como a vida política, académica e científica, empresarial e das artes ou mesmo em setores tradicionalmente reservados aos homens como é o caso das Forças Armadas.

Congressos como este contribuem para despertar consciências, homenagear as mulheres que, no passado, ousaram quebrar o silêncio, lutar pela igualdade quando a igualdade mais não era do que uma utopia longínqua, dar voz a mulheres que, no presente, pela sua capacidade e empenho, têm contribuído para a igualdade de género e para uma maior consciencialização da discriminação de que as mulheres continuam a ser alvo. Congressos como este contribuem para perspetivar as mulheres como protagonistas dos processos migratórios e não como acompanhantes de projetos migratórios masculinos, como mulheres que triunfaram apesar de todas as dificuldades, como interlocutoras do poder político e agentes do poder político, como decisoras e inspiradoras de caminhos e de lutas. É também nestes congressos que se dá voz às mulheres. Dar voz às mulheres após séculos de silenciamento.